

# REFLEXÕES SOBRE UM PERCURSO METODOLÓGICO: NOTAS SOBRE PESQUISA HISTÓRICA E DOCUMENTAL<sup>1</sup>

*Cristiane de Assis Portela*  
Doutora em História Social pela UnB<sup>2</sup>

**Resumo:** Apresentarei nesta comunicação algumas reflexões sobre pesquisa histórica, destacando o tratamento metodológico de documentos ao compartilhar meu próprio percurso de pesquisa para produção de tese de doutorado. A tese consistiu em uma historicização do conceito de indigenismo, buscando na intelectualidade brasileira do século XIX os elementos que conferiram significado ao termo. Argumentei que o conceito de indigenismo, conforme hoje concebemos, carrega consigo o peso semântico e as marcas das oposições construídas historicamente em torno do tema. A fim de sustentar esse argumento, dediquei-nos à interpretação de fontes diversificadas da literatura do período (especificamente nas obras de José Bonifácio, Robert Southey, Gonçalves Dias, Couto de Magalhães, Francisco Varnhagen e Gonçalves de Magalhães) e das publicações nas revistas do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), no período entre 1839 e 1889, sendo tais análises subsidiadas pela leitura de historiadores e pesquisadores de áreas afins.

**Palavras-chave:** indigenismo; pesquisa histórica; metodologia.

Apresento aqui algumas reflexões sobre pesquisa histórica e documental, destacando o tratamento metodológico de documentos ao compartilhar meu próprio percurso de pesquisa para produção de tese de doutorado<sup>3</sup>. Em um primeiro momento vale ressaltar que os estudos baseados em documentos têm o propósito de extrair elementos de análise, organizando-os e interpretando-os segundo os objetivos da investigação proposta, assim, é imprescindível que os problemas de pesquisa estejam ao menos provisoriamente definidos ao se iniciar a pesquisa documental.

Um pressuposto para os historiadores é o de que os documentos não falam por si, nem respondem automaticamente às perguntas formuladas pelos pesquisadores. Trata-se inicialmente de um processo de investigação que orienta as categorias de análise e que exige determinados procedimentos: os documentos devem ser identificados, devem ser compreendidos como parte de um conjunto mais amplo de produções que fizeram sentido naquele momento (há de se evidenciar que *contextualização* é uma palavra-

---

<sup>1</sup> PORTELA, Cristiane de A. “*Reflexões sobre um percurso metodológico: notas sobre pesquisa histórica e documental*” – Texto preparado para comunicação no Simpósio Temático “Fontes Documentais e Pesquisa Histórica”, apresentado no dia 23/05/2012 durante a 33ª Semana de História do UniCEUB-Tema: Leituras Contemporâneas da História.

<sup>2</sup> Professora do Curso de História do UniCEUB, Pesquisadora Colaboradora do Centro de Desenvolvimento Sustentável da Universidade de Brasília e Coordenadora de Pesquisa do Arquivo Público do DF.

<sup>3</sup> PORTELA, C. A. Para além do “caráter ou qualidade de indígena”: uma história do conceito de indigenismo no Brasil. 2011. 274 f. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História/ Universidade de Brasília – UnB, Brasília-DF, 2011.

chave para a pesquisa histórica), devem receber um tratamento orientado pelo problema de pesquisa que o pesquisador traz, e por fim, deve-se estabelecer a montagem das peças como num quebra-cabeça, produzindo uma narrativa organizada e inteligível.

A noção de *paradigma indiciário*<sup>4</sup>, conforme desenvolvida pelo historiador Carlo Ginzburg me parece interessante para orientar o trabalho de pesquisa como um todo (não somente a pesquisa documental). Este autor procura mostrar que assim como o médico (ou o detetive) produz seus diagnósticos observando, investigando os sintomas (ou indícios) e recolhendo dados, outros saberes indiciários produzem conhecimentos lendo e interpretando os sinais, as pistas e os indícios, partindo de aspectos que podem parecer irrelevantes em um primeiro momento. É o caso da pesquisa histórica. Apresento aqui meu próprio percurso indiciário, recortado por quatro momentos de contato com as fontes, esperando que possa ser útil a outros pesquisadores que se interessam pela análise histórica e documental.

Gostaria de apresentar uma primeira ressalva em relação à minha tese de doutorado, destacando o fato de que conclua, com observações da contemporaneidade, um trabalho de pesquisa que se inicia e se desenvolve como análise do século XIX. Tal opção permeou timidamente todo o processo de construção da tese, já que a preocupação que conduziu ao tema esteve desde o princípio pautada em questões muito contemporâneas. É interessante trazer essa observação a fim de destacar que apesar de ser rotulada como ciência do passado, estando diretamente associada a essa noção, a pesquisa histórica se produz a partir do diálogo entre as temporalidades (intersecções entre passado, presente e futuro), sendo inevitavelmente orientada por preocupações do presente. Assim, procurei encontrar no século XIX alguns elementos construtores do indigenismo e, ao identificá-los, fui percebendo que, mais do que marcas do passado, eles traziam consigo proposições de um fenômeno mais amplo e inscrito na contemporaneidade. Considero que a inclusão dessa perspectiva, além de enriquecedora, seria coerente com a proposta metodológica que orientou a tese. Ao colocar em diálogo, leituras da contemporaneidade com interpretações do século XIX, me foi possibilitado ir além de uma interpretação que apenas constatasse a existência de constructos de tipo colonial, percebendo seus desdobramentos não só de um ponto de vista das adversidades, mas

---

<sup>4</sup> Conforme Ginzburg (1990): "Nestas páginas tentarei mostrar como, por volta do final do século XIX, emergiu silenciosamente no âmbito das ciências humanas um modelo epistemológico (caso prefira paradigma) ao qual até agora não se prestou suficiente atenção. A análise desse paradigma, amplamente operante de fato, ainda que não teorizado explicitamente, talvez possa ajudar a sair dos incômodos da contraposição entre "racionalismo" e "irracionalismo"."(p. 143)

também daquilo que se apresenta como possibilidade de ressignificação do conceito de indigenismo. Compreendo ser esta, parte das tarefas da produção acadêmica como um todo e da pesquisa histórica de modo específico.

A pesquisa desenvolvida para a tese enfatizou as representações, as construções discursivas e o imaginário, estando, pois, pautada em uma concepção ampla de indigenismo. Nesse sentido, não me alinhei especificamente com um autor ou linha de análise que trata o tema indigenismo. Entretanto, tomei como interlocutores diferentes autores brasileiros que têm produzido reflexões consistentes e relevantes, o que me possibilitou construir com segurança um *corpus* teórico oriundo de diferentes perspectivas disciplinares e que há muito já assinala a complexidade inscrita no campo do indigenismo.<sup>5</sup> A pesquisa bibliográfica é uma etapa fundamental em todo trabalho científico, influenciando a definição do objeto e delimitação dos objetivos, na medida em que trará a interlocução que é fundamental à produção de conhecimentos. Consiste no levantamento, seleção, fichamento e arquivamento de informações, estudos e reflexões relacionados ao tema de pesquisa. Acaba por ser uma atividade recorrente no processo de pesquisa documental, já que os indícios encontrados nos documentos nos instigam a buscar outras interlocuções.

No caso de minha pesquisa, após o primeiro contato com a bibliografia relacionada ao tema, defini como objeto de pesquisa o conceito de indigenismo, tomando como pressuposto metodológico orientador a ideia de que uma dinâmica inerente aos conceitos lhes confere historicidade, fazendo desvelar uma história que é anterior e também posterior à existência do conceito como “expressão substantivada” (vale lembrar que o termo indigenismo só aparece em fins do século XIX e somente adquire um caráter conceitual em meados do século XX). Nesse sentido, me referenciei em Koselleck (1992, 2006) para demonstrar como as ideias relacionadas ao conceito de indigenismo ganham força no decorrer do século XIX – anteriormente à sua expressão substantivada - em meio ao contexto de formação da nação. A esse processo, defini inicialmente como uma “noção de indigenismo”, a fim de diferenciar do indigenismo “oficial” do século XX – muitas vezes, reduzido a uma compreensão como política indigenista. Partindo desse pressuposto se configurou o meu **primeiro momento de**

---

<sup>5</sup> Dentre esses autores, destaco: Albert e Ramos (2002), Almeida (1996, 2000, 2003, 2010), Junqueira e Carvalho (1981), Lima (1985, 1995), Losada (2001, 2009, 2010), Oliveira Filho (1987, 1995, 1996, 1999, 2000, 2006, 2009a, 2009b), Oliveira Filho e Lima (1983), Ramos (1990, 1997, 1998, 1998b, 1999), Segato (1998, 2010) e Silva (2009, 2011- no prelo).

**contato com as fontes**, centrado inicialmente em um diálogo com autores do século XIX.

Nesse ponto, posso ser interpelada com a seguinte questão: O diálogo com autores que produziram no século XIX é pesquisa bibliográfica ou pesquisa documental? A tal questão devo primeiro sinalizar que se apresentaram para mim as duas situações: em um primeiro momento recorri a estes textos como fontes bibliográficas que pudessem me auxiliar na compreensão do contexto em que foram produzidas as revistas do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro- IHGB no século XIX – estas sim, desde o princípio, compreendidas como fontes documentais. Entretanto, o percurso da pesquisa me fez tomar a obra dos autores oitocentistas como fonte de pesquisa documental. Tal decisão consistiu em uma opção, visto que esse tipo de fonte pode ser as duas coisas, dependendo do uso que se faz delas. Utilizamos como fontes documentais quando elas são o nosso objeto de análise, quando nos preocupamos com o contexto em que foram produzidas e ganharam difusão. Consideramos como fontes bibliográficas quando dão suporte à análise, servindo-nos como interlocução sobre o tema. A pesquisa documental pode ser realizada em fontes muito diversas: tabelas estatísticas, cartas, pareceres, fotografias, atas, relatórios, obras originais de qualquer natureza - pintura, escultura, desenho, texto etc, notas, diários, projetos de lei, ofícios, discursos, mapas, testamentos, inventários, informativos, depoimentos orais e escritos, certidões, correspondência pessoal ou comercial, documentos informativos arquivados em repartições públicas, associações, igrejas, hospitais, sindicatos (Santos, 2000).

Faz-se necessário então compreender o que definimos como documento. Tomarei como ponto de partida a etimologia da palavra. *Documentum* é um termo latino derivado de *docere*, que significa ensinar. Esta noção assume, posteriormente, a conotação de “prova”, largamente empregada no vocabulário legislativo. O “sentido moderno de *testemunho histórico* data apenas do início do século XIX” (LE GOFF, 1996, p. 536). Na concepção positivista de História o documento é algo objetivo, neutro, “prova” que serve para comprovar fatos e acontecimentos. A ideia do *documento como monumento*, que ganha força nas últimas décadas do século XX, contrapõe-se a esta aceção, postulando que toda fonte histórica “exprime o poder da sociedade do passado sobre a memória e o futuro” (LE GOFF, 1996, p. 10). Como produto de uma sociedade, o documento manifesta o jogo de força dos que detêm o poder naquele contexto. Não são, portanto, produções neutras ou ingênuas. Traduzem leituras e modos de interpretação vividos por um determinado grupo de pessoas em um dado tempo e espaço. A pesquisa

documental, como método de investigação da realidade social, pode ser utilizada tanto nas abordagens de natureza explicativa quanto naquelas de caráter compreensivo (com enfoque mais crítico). Todo este percurso está marcado pela concepção epistemológica a qual se filia o investigador.

Para mim, a escolha dos autores que comporiam tal panorama documental revelou a complexidade dessa opção diante de um universo que se apresenta amplo e diverso. Logo estive ciente de que qualquer escolha implicaria em omissões, reconhecendo de início a imperfeição e provisoriedade da seleção. Nesse sentido, a pesquisa consiste, invariavelmente, em seleção, e como atribuição do pesquisador cabe reconhecer e justificar suas escolhas. No meu caso, a diversidade de proposições relacionadas ao tema foi o primeiro critério adotado, agrupando autores por proposições e destas, elegendo aquelas que fossem mais significativas. Indicando um conjunto de leituras diversas, busquei mapear algumas qualificações para o indigenismo, em busca da construção de uma *tipologia do indigenismo* (no sentido dos “tipos ideais” definidos por Max Weber) que fosse adequada para o Brasil oitocentista. Percebo hoje que a adoção de tal perspectiva foi ingênua, por conjecturar a existência de um conceito adequado, pressupondo que uma realidade inscrita em algum lugar estivesse à espera de nomeação. A partir dessa constatação pude observar que o percurso de pesquisa consiste em erros e acertos, e mesmo a definição de uma metodologia indica uma possibilidade dentre outras, uma aposta, podendo ser reconhecida posteriormente como infrutífera e/ou equivocada. Devemos, pois, nos acostumar com as supressões que virão e que fazem parte do processo de construção de qualquer pesquisa.

Em minha experiência de pesquisa, tal construção tipológica se apresentou cerceadora e pouco contribuidora para o propósito de organizar um cenário em que pudessem ser analisadas as revistas do IHGB. O desenvolvimento dessas reflexões foi possível pela leitura atenta e conjunta com minha orientadora (Prof. Vanessa Brasil) e pelas contribuições trazidas pelos professores Cristhian Teófilo e Diva Couto durante o exame de qualificação. Nesse sentido vale indicar o quanto nesse processo, a interlocução com outros pesquisadores é fundamental para indicar caminhos. Uma lição que aprendemos dessas experiências é a de que o trabalho de pesquisa deve estar constantemente submetido a críticas e observações que entrecruzarão diferentes olhares e pontos de vista, cabendo a nós, pesquisadores, reconhecer as limitações e, ao mesmo tempo, construir argumentos em defesa das perspectivas que consideramos como mais adequadas. Dessa forma, o espaço de produção acadêmica deve ser visto também um

espaço de poder e tais interlocuções servem para demonstrar que um campo de disputas se constrói em torno de nossos objetos, sendo atribuição do pesquisador estar atento aos contextos de produção de conhecimento, compreendendo o alinhamento teórico-metodológico de seu trabalho, mas considerando que este não deve ser inflexível, estando aberto a novos diálogos e assunção de novas perspectivas que favoreçam a compreensão dos elementos que se apresentam no campo em que seu objeto se insere.

No caso de minha pesquisa de doutorado, dessa primeira etapa de contato com as fontes – não se tratando mais da construção de uma tipologia - permaneceu a delimitação dos autores do século XIX com os quais trabalharia: como prefigurações do indigenismo elegi *José Bonifácio e Robert Southey*, como representações exemplares do indigenismo escolhi *Gonçalves Dias* - e seu indigenismo pautado no trágico e no pretérito, e *Couto de Magalhães* - por meio de um indigenismo etnográfico aplicado e o realce à figura do indigenista e, por fim, como representações esquemáticas e dualistas que tratam da inserção dos indígenas na nacionalidade, elegi o debate entre *Francisco Varnhagen e Gonçalves de Magalhães*.

O exame de qualificação a qual me referi anteriormente demarcaria um **segundo momento de contato com as fontes**. Desta vez, partindo da identificação dos textos que tratam o tema indigenismo nas revistas do IHGB entre 1839 a 1889. Me orientando pelo levantamento feito por Mota (2006) de que 274 artigos tratariam o tema, me debrucei inicialmente sob os índices da revista, identificando algo em torno de 300 artigos que, de maneira indireta ou direta, faziam referência às populações indígenas. Essa etapa consiste naquilo que chamamos de pré-análise documental, momento em que se faz necessário selecionar os documentos que serão efetivamente analisados. Para tanto é necessário conhecer o conjunto do qual fazem parte, procedimento que definimos como contextualização documental. Somente a partir desta contextualização é que conseguimos verificar aqueles documentos que serão relevantes, analisando-os a partir das problemáticas que os nossos objetos nos apresentam.

O desafio que se apresentaria a partir desse momento seria o de lidar com tal volume documental (no meu caso, algo em torno de trezentos textos documentais) de maneira sistematizada e coerente. Condizente com o aporte teórico-metodológico da *história dos conceitos* orientei a leitura das revistas a partir da identificação dos termos mais utilizados à época, dividindo-os em dois momentos: 1) termos indígena e índio - e como correlatos: bugre, gentio, tapuio e caboclo; 2) termo indigenismo - e as expressões a ele remissivas: indigenato, indigenização, indigenista e indianismo. Feita a identificação

desses termos no conjunto de documentos pré-selecionados, teria em mãos agora um número mais reduzido de documentos que interessam ao meu objeto de pesquisa. Em seguida, procedi à busca desses verbetes em dicionários do século XIX. Inserir-se, portanto, mais um tipo de fonte documental. Esse procedimento apresentou-se como uma possibilidade de compreensão dos significados desses termos naquele momento. Afinal, mais uma lição que a história nos apresenta é a de que os conceitos são dinâmicos e, nesse sentido, aquilo que compreendemos, por exemplo, como indianismo hoje, talvez fosse compreendido de maneira diferente naquele momento. A percepção de repetição semântica (do sentido atribuído aos termos por mim selecionados) me fez optar por um recuo um pouco maior, analisando tais definições em vocábulos do século XVIII. Instigada pela constatação da quase irrelevante variação semântica, optei por avançar o período de análise, chegando por fim até a contemporaneidade. Devo ressaltar que, em função da leitura que fiz dos verbetes, tanto dicionários produzidos no século XVIII quanto em pleno século XXI, foram apreendidos como fontes documentais.

A repetição dos significados atribuídos aos termos nos verbetes analisados se afirmou para mim como indício de esvaziamento semântico do *termo indigenismo* – observe-se aqui que tal afirmação não diz respeito a um esvaziamento do tratamento intelectual dado ao tema, já que há trabalhos acadêmicos de grande qualidade e relevância que há muito analisam o *tema indigenismo* (a exemplo dos autores – meus interlocutores - que citei no início desse texto). A partir de tais observações passei a admitir como hipótese que, no Brasil - quando comparado com outros países latino-americanos, e desde que guardadas as peculiaridades de cada situação histórica - o termo indigenismo se apresenta usualmente de maneira mais consensual do que em outras nações, permanecendo lacunas que dizem respeito à problematização do termo. Tais conclusões possibilitariam um novo direcionamento, que se consolidou em um **terceiro momento de contato com as fontes**.

Esse terceiro momento se pautou em uma reavaliação do uso teórico-metodológico que faria da *história dos conceitos*, reflexão agora propiciada pela análise dos verbetes, que comentei acima. A busca dos indícios daquilo que teria conduzido ao esvaziamento semântico do termo indigenismo trouxe a identificação de uma construção temporal que teria conferido eficácia aos significados dados ao termo, fazendo-me pressupor sua existência como signo esvaziado, ao ponto de uma quase naturalização, representada pelo consenso que se consagra no imaginário em torno do termo indigenismo. Com essas reflexões, retomei a análise das revistas do IHGB, agora em busca de uma leitura

pormenorizada que agrupasse os artigos selecionados por suas propostas de construção de temporalidades: *leituras do passado, interpretações do presente e perspectivas de futuro*.

Partindo desse triplo agrupamento, identifiquei um alinhamento dos conteúdos dos textos em pares conceituais que dialogam com o que Koselleck (2006) denomina como *conceitos antitéticos assimétricos* (conforme tradução de Carlos Almeida Pereira), por mim chamado de *pares conceituais assimétricos*. Busquei assim designar os elementos que perpassam as construções temporais da história indígena e do indigenismo. Nesse sentido, incitada pelas leituras de Koselleck (2006) e de Feres Jr. (2002), passei a trabalhar com os seguintes pares conceituais: 1) civilizados/não-civilizados (perspectiva temporal); 2) indígenas/brasileiros (perspectiva cultural); 3) índios/cidadãos (perspectiva racial). Argumentei que a despeito do aparente esvaziamento semântico, aquilo que hoje definimos como indigenismo carrega o peso dessas oposições que foram historicamente construídas. Teria aqui a percepção cada vez mais clara de que o exercício de pesquisa é um trabalho constante de interlocuções teóricas e inflexões metodológicas, que têm o propósito de iluminar as escolhas feitas e indicar novas possibilidades. Sendo, pois, um caminho que se constrói, caminhando. O trajeto durante o exercício de pesquisa interessa tanto quanto o ponto de chegada, consistindo esse último em apresentar as nossas conclusões de maneira sistematizada e provisoriamente encerradas.

Foi no percurso construído durante a caminhada que passei a perseguir possibilidades de construir uma leitura sobre a história indígena e o indigenismo que se diferenciasse daquela leitura que se tornou hegemônica. Como sinalização possível de uma leitura contra-hegemônica, busquei interlocução em textos de Krenak (1985, 1992, 1999, 2001, 2006 e 2010), apresentando uma dentre outras possibilidades trazidas por textos de autoria indígena – a exemplo dos textos de Marcos Terena, Davi Kopenawa, Eliane Potiguara, Daniel Munduruku, Gersem Baniwa ou Álvaro Tukano. A escolha de Krenak como interlocutor foi motivada por uma afinidade teórica e por perceber nesses textos uma preocupação epistemológica que permeava os discursos construídos pelo autor, indo ao encontro do propósito de reflexão para qual se encaminhava minha tese de doutorado. Por essas características e pelos limites que qualquer trabalho acadêmico impõe, optei por restringir a análise aos textos de Krenak, pressupondo a exemplaridade desses textos como mote para estruturar um diálogo que evidenciasse as possibilidades de superação e desconstrução dos pares conceituais identificados nos textos



oitocentistas. A construção de uma narrativa organizada como diálogo entre o século XIX e a contemporaneidade, indica um esforço de ruptura com o predomínio de representações que ainda alicerçam o conceito de indigenismo. Há de se observar que tal diálogo temporal ainda é percebido com alguma ressalva entre os historiadores, diferentemente do que acontece em outros campos de conhecimento, em especial, daqueles campos orientados por reflexões interdisciplinares. Mais uma vez recorri metodologicamente a Koselleck (2006), buscando em sua definição de *ação política* uma maneira de qualificar os elementos que integram a narrativa de Krenak, tomando tais construções discursivas como formas de ação política, pautadas em uma interpretação histórica que descortina os constructos de tipo colonial, que busquei colocar em evidência no decorrer de toda a tese.

No conjunto final da tese, e como um **quarto momento de contato com as fontes**, faço referência ao ato de transformação dos textos escritos em uma narrativa singular organizada. Como atribuição do historiador – e da pesquisa acadêmica como um todo – o exercício de conversão dos textos em narrativa, se mostra revelador e de alguma maneira desestabilizador. Tal desestabilização está associada à percepção de que os questionamentos que fazemos aos nossos objetos de análise – no meu caso, a epistemologia hegemônica que nos ensinou a compreender de certa maneira o indigenismo e a história indígena – são eles também aplicáveis aos nossos próprios trabalhos. Nesse momento, apresentam-se questões que imagino que sejam partilhadas por todos aqueles que se propõem a perceber criticamente a epistemologia que até aqui se fez dominante: Qual é a *minha* narrativa legítima, quando me propus a desconstruir as narrativas construídas anteriormente sobre tal tema? Como fazer para que a *minha* narrativa não seja também uma narrativa hegemônica? Dentro de um contexto acadêmico em que predomina o hegemônico, é possível construir uma leitura contra-hegemônica?

Penso que tal problemática seja compartilhada por todos os atores (estudantes e professores) envolvidos na concepção e nas ações decorrentes de nossas pesquisas. Se a produção acadêmica nos indica um caminho seguro, que é o nosso “lugar de fala”, esse trajeto se desestabiliza quando o caminho que percorremos se torna objeto da própria investigação. Nesse ponto acredito que aconteça um deslocamento, como uma espécie de “despertar epistemológico” (Certeau, 1979, p. 18). Esse tipo de trabalho, que coloca em xeque ao mesmo tempo, os pressupostos acadêmicos e os pressupostos da prática indigenista, se inscreve na possibilidade de despertar alguma reflexão epistemológica,

tendo como desdobramento potencial, o questionamento daquilo que concebemos como produção de conhecimento. Aqui se apresenta uma particularidade que deve ser considerada em todos os trabalhos produzidos, seja quando se utiliza a pesquisa histórica e documental, ou quando se adota outras metodologias de pesquisa.

No meu caso, o rearranjo do texto para construção de uma narrativa organizada fez com que eu pudesse exercitar uma nova relação com as fontes, que deveria agora se estabelecer como diálogo irrefutável e traduzível em palavras, buscando reapresentá-las em uma narrativa que fosse coerente com a proposição epistemológica que a tese assinalara. Nesse momento, a escolha metodológica mais acertada me pareceu ser a inserção do texto em um processo mais amplo, que ao invés de concluir pudesse indicar a premência de caminhos que deveriam permanecer abertos para o encontro de novas pistas, de novos indícios, que assinalassem as possibilidades de construção da História. Nesse sentido, optei por encerrar a tese com uma proposição mais epistemológica, que qualificasse o processo de ressignificações do termo indigenismo na contemporaneidade como um fenômeno de “autoria indígena”. Tal compreensão buscou sinalizar algumas possibilidades do indigenismo rumo às novas epistemologias, indicando que tais situações seriam identificáveis em três movimentos considerados por mim como relevantes na contemporaneidade: 1) a *literatura indígena*; 2) a *produção cinematográfica indígena* e 3) a *produção acadêmica indígena*.<sup>6</sup> Penso que tais sinalizações puderam indicar um alinhamento teórico e uma aproximação política com perspectivas que fossem epistemologicamente críticas às leituras hegemônicas sobre o indigenismo. Assim, metodologicamente, considero que o conceito *indigenismo* me propiciou mais do que um tema para pesquisa e um objeto para reflexão, consistindo em um pretexto para questionar, ao mesmo tempo, a produção historiográfica (aqui ressalte-se criticamente a predominância de meu “lugar de fala” ainda disciplinar) e o universo

---

<sup>6</sup> Identifico este movimento de *autoria indígena* como uma maneira de ação política que ganha contorno sob três formas: por meio da *produção de uma literatura indígena* (que ganhou difusão especialmente com a literatura direcionada para o público infantil, mas que também apresenta um fenômeno de enorme relevância por meio das produções bilíngues de escolas e projetos de educação indígena, além de uma modalidade biográfica e autobiográfica incipiente, entre outras); da *produção cinematográfica indígena* (que teve ampla divulgação com o Projeto Vídeos nas Aldeias, resultando na produção do box “Cineastas Indígenas”, mas que encontra expressão em diversas outras experiências em todo o país, conforme pode ser percebido pelas edições do Festival Vídeo Índio Brasil); e da *produção acadêmica de pesquisadores indígenas* (movimento crescente nos últimos anos, com a inserção de indígenas nos cursos de graduação, mestrado e doutorado, em diversas áreas de conhecimento e em diferentes modalidades de cursos). Nesse sentido, o que estou chamando de *autoria indígena*, não diz respeito simplesmente a um texto que tenha sido escrito por indígenas, e sim a um tipo de narrativa que passa pelo coletivo e que somente faz sentido quando referenciado como produção coletiva, não sendo, pois, uma presença essencializada.

acadêmico, ambos ainda regulados por uma perspectiva hegemônica. Acredito que a História trazida por esse movimento de *autoria indígena* nos indique caminhos para indigenizar nossas concepções históricas e acadêmicas, nos ensinando que é possível trilhar caminhos menos cartesianos.

Como forma de conclusão, posso assinalar que a pesquisa foi ganhando novos contornos durante o processo de escrita. A pretensão inicial limitava-se a uma análise da presença indígena nas RIHGB. A escolha de alguns intelectuais que produziram obras significativas no século XIX buscava tão somente contextualizar a análise dos textos publicados na revista do instituto. O exame de qualificação da tese indicou que o que por ora procurava como fragmentos do indigenismo assinalava a relevância de uma noção de indigenismo, fornecendo coerência à civilização e à nação, fazendo-se notar pela presença do tema nas preocupações do Brasil oitocentista. Dessa maneira, a opção teórico-metodológica de uma história dos conceitos que, a princípio não consistia em abordagem central, se mostrou cada vez mais relevante para sustentar a pesquisa documental. Ao entrecruzar a análise das fontes (RIHGB e outros escritos do período) com a abordagem koselleckiana, percebi que a dialética dos *pares conceituais assimétricos* perpassava a maior parte das narrativas históricas desse período, tornando-se central para a análise das fontes. A análise dos verbetes associados ao termo indigenismo trouxe a convicção de que a história dos conceitos me parecia o caminho mais apropriado para compreender o aparente esvaziamento semântico e os significados que poderiam ser desvelados a partir dele.

Por fim, compreendi a existência de limitações que devem ser consideradas na forma que o termo indigenismo foi apropriado historicamente, interditando uma leitura emancipatória que propiciasse um reconhecimento efetivo e a construção de políticas de alteridade para populações indígenas. Argumentei então que tais limitações são decorrentes da carga histórica que o conceito carrega, ao ser constituído por pares conceituais assimétricos que se consolidaram no imaginário nacional. Demonstro então que, associadas, essas perspectivas conformaram-se em constructos de tipo colonial, fazendo-se necessário superar tais dualidades a fim de constituir uma alternativa à história indígena construída hegemonicamente. Como forma de superação dessa construção hegemônica da história indígena e, mais do que isso, como forma de superação de uma perspectiva epistemológica que parece consolidada, trago a noção de *autoria indígena* como um caminho teórico possível para ressignificação do conceito de indigenismo.

Ciente de que encerraria a escrita mas não concluiria o debate, finalizei a tese assinalando o convite para que a história indígena e o indigenismo possam ser pensados como parte de um movimento mais amplo que traz consigo o desejo e a premência de identificar e de valorizar caminhos não hegemônicos. Tal urgência apresenta-se em um momento em que a ciência - absorvida por um caminho único - aparenta sua insuficiência para dar conta da realidade. Ao mesmo tempo, a história corre o risco de fragmentar-se ao ponto de ser eterna legitimação de uma história única, esquivando-se das grandes narrativas estruturais. O temor é que, com isso, não percebamos que qualquer narrativa produzida por historiadores reafirma ou contesta um caminho epistemológico, mesmo que tal perspectiva não seja assumida. Penso que tal preocupação deve orientar qualquer processo de pesquisa documental, independente do campo de conhecimento a qual se vincula, assumindo que não se trata meramente da aplicação de procedimentos e métodos, e sim, de escolhas que serão desdobradas na assunção de um posicionamento do nosso lugar de fala como produtores de conhecimentos e ações no campo epistemológico.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- CERTEAU, Michel de. A operação histórica. In: LE GOFF, Jacques (comp.). *História: novos problemas*. Rio de Janeiro, 1979.
- GINZBURG, Carlo. “Sinais: raízes de um paradigma indiciário” in *Mitos, emblemas, sinais: Morfologia e História*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.
- KOSELLECK, Reinhart. Uma História dos Conceitos: problemas teóricos e práticos. *Revista Estudos Históricos*, v. 5, n.10. . p. 134-146. Rio de Janeiro: CPDOC, 1992.
- \_\_\_\_\_. *Futuro Passado: Contribuição à semântica dos tempos históricos*. Rio de Janeiro: Contraponto: Ed. PUC/Rio, 2006.
- KRENAK, Ailton. Os índios não estão preparados para votar, para trabalhar, para existir... *Revista Lua Nova*. v. 1, n.4. São Paulo: CEDEC/ Ed. Braziliense, 1985.
- \_\_\_\_\_. Entrevista realizada por Eugênio Bucci e Alípio Freire. *Revista Teoria e Debate*, n.07, julho/agosto/setembro de 1989. Publicado em 02/04/2006. Disponível em:<http://www2.fpa.org.br/o-que-fazemos/editora/teoria-e-debate/edicoesanteriores/nacional-ailton-krenak-receber-sonhos>. Acesso em: 20 set. 2010.

\_\_\_\_\_. Antes o mundo não existia. In: NOVAES, Adauto (Org.) *Tempo e História*. SP: Companhia das Letras/ Secretaria Municipal de Cultura, 1992.

\_\_\_\_\_. O eterno retorno do encontro. In: NOVAES, Adauto (Org.) *A outra margem do Ocidente*. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

\_\_\_\_\_. Uma visita inesperada. In: GRUPIONI; VIDAL; FISCHMANN (Org.) *Povos Indígenas e Tolerância: construindo práticas de respeito e solidariedade*. São Paulo: USP, 2001.

\_\_\_\_\_. *Entrevista realizada por Sergio Cohn*. São Paulo: Produção Cultural, 24 de junho de 2010. Disponível em: <[www.producaocultural.org.br/slider/ailtonkrenak](http://www.producaocultural.org.br/slider/ailtonkrenak)>. Acessado em: 05 abr. 2011.

LE GOFF, Jacques. *História e Memória*. Campinas: Ed. UNICAMP, 1996.

MOTA, Lúcio Tadeu. “A Revista do Instituto Histórico Geográfico Brasileiro (IHGB) e as populações indígenas no Brasil do II Reinado (1839-1889)”. *Revista Diálogos*, v. 10, n. 1, p. 117- 142. Maringá-PR: DHI/PPH/UEM, 2006.